



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL MANAUS E ENTORNO

Manaus e Entorno, Amazonas.
Dezembro de 2006



SDT
Secretaria de
Desenvolvimento
Territorial

Páginas

APRESENTAÇÃO.....3

1. PTDRS MANAUS E ENTORNO: Diretrizes de um processo.....3

2. TERRITORIO MANAUS E ENTORNO: a construção do pré-diagnostico.....6

PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO MANAUS E ENTORNO/AM

O presente Plano surge a partir amadurecimento do processo de conhecimento da realidade do território de Manaus e Entorno pelos Agentes de Desenvolvimento Territorial. As linhas apresentadas a seguir tiveram por base e inspiração as atividades desenvolvidas no território supramencionado de maio de 2004 até a presente data, o que envolve a realização das oficinas territoriais, elaboração do Estudo Propositivo para Dinamização das Economias e o Plano Safra Territorial. Assim, ele tem na prática, na vivência cotidiana a sua âncora.

No primeiro ponto do relatório faremos uma breve incursão sobre o processo metodológico que vem resultando no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, ou seja, seguiremos os parâmetros e os subsídios que vem balizando as discussões estratégicas do território. Em seguida, faremos uma apresentação do Pré-Diagnóstico do território de desenvolvimento sustentável Manaus e Entorno, no qual abordaremos os principais aspectos geradores das propostas do plano. Por fim, acompanharemos os passos do plano em si do território, através da exposição das propostas planejadas.

1 PTDRS Manaus e Entorno: Diretrizes de um processo

Atualmente na sociedade brasileira presenciamos a valorização de algumas temáticas consideradas estratégicas na construção do desenvolvimento sustentável, das quais podemos citar a cidadania, os direitos humanos, a participação social, o planejamento, a democracia, entre outros. Não obstante, essas temáticas expressam a vontade/desejo da sociedade dos nossos dias, diferentemente de outros períodos/momentos históricos em que prevalecia a concentração das decisões nas mãos de uma minoria.

Contudo, é importante frisar que mesmo consideradas unânimes, a partir da forma/maneira como são implementadas, essas temáticas podem se tornar mero discurso, ou ainda se tornar um poderoso instrumento de manipulação e meio de reviver práticas conservadoras. De outro modo,

ouvimos freqüentemente, dos mais variados setores, partidos, ideólogos, a necessidade de promover a cidadania, a urgência de garantir os direitos humanos, de assegurar a participação da população e de utilizar o planejamento como instrumento para pensar o futuro da sociedade, porém é a forma/maneira como são implantadas as ações que nos permite afirmar se elas colaboram ou não com a construção de uma sociedade edificada na justiça.

Das temáticas aludidas acima destacamos, no processo de construção do PTDRS Manaus e Entorno, a participação, enquanto elemento que possibilita a legitimidade/pertinência das propostas e a apropriação pelos agentes de desenvolvimento territorial. Registre-se que compreendemos a participação como tomar parte de algo, de outro modo, em que a sociedade toma parte das decisões.

A participação para a SDT/MDA está inserida no eixo estratégico adoção de princípios e práticas da gestão social¹. Em seus documentos referenciais a gestão social significa “uma certa maneira de gerir assuntos públicos”, que para materializar-se de forma exitosa pressupõe sistemas descentralizados, baseados em forte participação e do estabelecimento de parcerias e de articulações em rede. Pensar esses aspectos inseridos na dinâmica da estratégia territorial requer a articulação entre os diferentes setores da sociedade (público e privado), que permitam pactos de concertação social, o detalhamento do pacto em um plano de desenvolvimento negociado, a construção de institucionalidades que representem espaços de compartilhamento do poder e das responsabilidades e o estabelecimento de mecanismos de controle social sobre as ações previstas no plano. Dessa forma, para que a gestão social aconteça é necessário um ambiente de descentralização política e administrativa e uma sociedade empoderada.

Em decorrência disso, utiliza-se na estratégia de desenvolvimento territorial uma pedagogia que estimule a participação social e a superação de processos assistencialistas. Nesses termos, “Participar da gestão é, principalmente, contribuir para o processo de decisão sobre as questões estratégicas do desenvolvimento, pois é nele que o indivíduo reforça sua auto-estima, posicionando-se como sujeito, vivenciando uma dimensão essencial da cidadania”.

Como compreendemos a gestão social como um processo, ela se desdobra em um conjunto de macroprocessos. Essa idéia, na estratégia de desenvolvimento territorial, está organizada em ciclos, conforme figura abaixo. Nele está contido a sensibilização e a mobilização dos atores locais, caminhando pela construção da visão compartilhada de futuro e do diagnóstico participativo, passa pelo planejamento e seu desdobramento em planos e projetos específicos, estende-se ainda pela articula-

¹Note-se que a ação da SDT/MDA está apoiada em três eixos estratégicos, a saber: Organização e o fortalecimento dos atores sociais, Adoção de princípios e práticas da gestão social, Promoção da implementação e integração de políticas públicas.

ção das políticas e instrumentos necessários para dar vida a esse plano, e por fim desencadeia os momentos de monitoramento e avaliação, os quais, por sua vez, sempre irão ensejar a atualização daquela visão de futuro, os diagnósticos sobre seus entraves, e assim sucessivamente. Note-se que não existe um local correto para o início do ciclo de gestão social, mas é imprescindível garantir o planejamento, a organização e o controle social.



É importante frisar que no ciclo acima a prioridade não está, exclusivamente, no planejamento do desenvolvimento rural, mas fundamentalmente na gestão social das iniciativas territoriais. Assim, substitui-se o foco do plano para investir no processo, no qual o planejamento está inserido. Para a SDT/MDA ocorre que “em vez de fomentar apenas a origem de bons planos (que no mais das vezes ficavam restritos ao papel), pretende-se apoiar processos de mobilização social onde este momento do planejamento continua sendo fundamental, mas aparece agora subordinado e vinculado a outros macroprocessos capazes de lhe conferir mais vida e aderência às expectativas dos agentes locais”.

Nesses termos, persegue-se na edificação do PTDRS do MANAUS E ENTORNO:

- Constituir-se como instrumento de gestão do desenvolvimento territorial, garantido flexibilidade para os ajustes pertinentes;
- A construção de forma participativa e, assim, ser fortemente apropriado pelos atores territoriais;
- O caráter multidimensional e multi-setorial, oferecendo as condições necessárias para a atração de investimentos diversos e com características inovadoras;
- Assumir mecanismos de monitoramento e avaliação a partir de informações geradas nos territórios, de forma a efetivar um processo contínuo de revisão e amadurecimento e aperfeiçoamento de suas diretrizes e propostas.

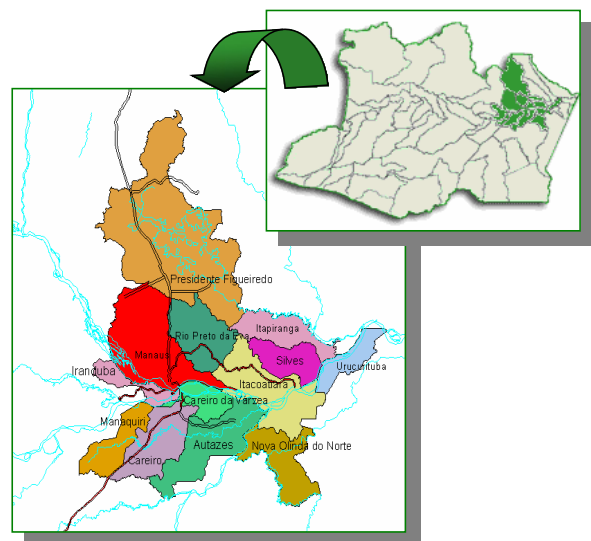
Registre-se, que para considerarmos o PTDRS finalizado será necessário aprofundar os resultados das oficinas territoriais (1º e 2º ciclos), ordenar os dados e informações contidos no Estudo Propositivo para Dinamização Econômica e no Plano Safra Territorial. Para essa tarefa foi firmado um convênio entre a SDT/MDA e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE no valor de R\$ 88.000,00, de modo a oportunizar a realização de oficinas e organização das informações num formato de plano.

2 DIAGNOSTICO DO TERRITÓRIO DE MANAUS e ENTORNO

2.1. Configuração espacial

No total, o Território Manaus e Entorno ocupa uma área de 90.536 Km² (5,8% da área total do Estado do Amazonas: 1.570.746 Km²). O município com maior área é Presidente Figueiredo (25.422,2 Km² ou 28,08%) e o menor é Iranduba (2.215,00 Km² ou 2,45%).

O Território é composto por 13 (treze) municípios: Autazes, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manaus, Manaquiri, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves e Urucurituba.



(Fonte: REIS, 2005)

Limites geográficos

- ❖ **Norte:** Estado de Roraima e Urucará-AM;
- ❖ **Sul:** Borba-AM;
- ❖ **Leste:** Maués, Boa Vista do Ramos, Barreirinha, Parintins e Urucará - AM;
- ❖ **Oeste:** Novo Airão, Manacapuru e Beruri – AM

2.2. Aspectos históricos

A maior parte das antigas aglomerações, situadas nas margens das vias fluviais do Território Manaus e Entorno, historicamente marginalizada pelas ondas imigratórias, apresenta relativa estagnação, com exceção das localidades cortadas pelos novos eixos de circulação terrestre, sendo exemplos: Itacoatiara, Careiro Castanho e Iranduba. Manaus, por sua vez, foi revigorada pelo influxo migratório. Em meados dos anos 80, novos municípios foram criados para atender ao sistema de povoamento que havia produzido numerosas aglomerações urbanas que não eram consideradas cidades por não serem sedes municipais. Grande parte dos municípios está situada em incipientes “regiões urbanas”, ou seja, nas áreas que apresentam a maior densidade de povoamento em relação à área total do município.

Nos municípios criados mais recentemente a população rural é quase o dobro da população urbana, é o caso de quase metade dos municípios que compõem o Território Manaus e Entorno: Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manaquiri e Rio Preto da Eva. O Quadro 01 permite uma comparação entre os anos de criação dos municípios e a taxa atual de ruralização dos mesmos. Os números apresentados, de certa forma, confirmam a análise mencionada.

Quadro 1 – Dados comparativos entre ano de criação e taxas de ruralização dos municípios.

Município	Ano de Criação	Taxa atual de ruralização (%)
Autazes	1956	58,3
Careiro Castanho	1955	78,7
Careiro da Várzea	1987	95,3
Iranduba	1963	69,2
Itacoatiara	1952	35,6
Itapiranga	1956	27,6
Manaquiri	1981	67,2
Nova Olinda do Norte	1955	56,7
Presidente Figueiredo	1981	51,7
Rio Preto da Eva	1981	64,6
Silves	1956	56,8
Urucurituba	1985	44,9

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE).

2.3. Aspectos Biofísicos

Relevo: No Território Manaus e Entorno são identificadas duas unidades de relevo principais: os planaltos rebaixados e as planícies fluviais.

Solos: em todo o Território são identificadas as seguintes classes de solos: os latossolos amarelos, os Latossolos vermelho-amarelo + Podzólico vermelho-amarelo, ambos distróficos, os Podzólicos vermelho-amarelo distróficos associados à latossolos vermelho-amarelo, Plintossolos distróficos, solos Glei associado aos Solos Aluvias eutróficos, solos extremamente arenosos e Terra Preta Antropogênica – TPA ou terra preta de índio.

Clima: Predomina no Território Manaus e Entorno o clima Ami – Clima Tropical Chuvoso com pequeno período seco, com regime pluviométrico > 2.000mm, curta estação seca (1 a 2 meses), precipitação pluviométrica < 60mm, regime térmico com média em torno de 28°C e variações entre 20°C e 36°C. A umidade relativa mínima de 84%.

Vegetação: No Território existem três tipologias vegetacionais: as florestas equatoriais perenifólias densa e de várzea, além da sub-perenifólia densa.

Hidrografia: O Rio Amazonas, com um deflúvio médio anual estimado em 250.000 m³/s, é a principal via de escoamento e abastecimento. A vasta rede hidrográfica do Território é constituída por rios, lagos, furos e igarapés, com destaque para: o Amazonas/Solimões e o Rio Negro.

2.4. Aspectos socioeconômicos

2.4.1. População

De acordo com o Censo Demográfico 2000, do IBGE, o Território Manaus e Entorno abrange uma população aproximada de 1.678.179 habitantes, equivalente a 59,7% da população do Estado e com 72% da população concentrada na zona urbana², conforme demonstra o Quadro 02, a seguir. De acordo com FERREIRA (2002), compreende uma das áreas estratégicas para o desenvolvimento do país, conformando grande parte de um dos eixos de desenvolvimento da região Norte. Manaus, a capital do Estado, é o município mais populoso do Território, com 1.405.835 habitantes, isto é, 84% da população total.

A população do Território é formada em sua maioria pelos descendentes de nordestinos, atraídos pelo período áureo da borracha, o caboclo da região e os remanescentes das comunidades indígenas. Várias nacionalidades imigraram para a região, especialmente portugueses, espanhóis, italianos, alemães, sírios, libaneses, judeus. A colônia japonesa se instalou no Território nas primeiras décadas do século XX, contribuindo, particularmente, para o desenvolvimento do setor

² Média tendenciada pela população urbana de Manaus.

agrícola da região. A população indígena do Território é de aproximadamente 3.859 índios, dos quais a maioria pertence à etnia Mura.

Quadro 2 – Área, população e índices demográficos.

Município	Área (Km ²)	População residente (habitantes)			Índices demográficos	
		Total	Urbana	Rural	Densidade (hab/Km ²)	Urbanização (%)
Autazes	7.599,3	24.345	10.150	14.195	3,2	41,7
Careiro	6.091,5	27.554	5.877	21.677	4,5	21,3
Careiro da Várzea	2631,1	17.267	806	16.461	6,6	4,7
Irlanduba	2.215,0	32.303	9.940	22.363	14,6	30,8
Itacoatiara	8.892,0	72.105	46.465	25.640	8,1	64,4
Itapiranga	4.231,1	7.309	5.295	2.014	1,7	72,4
Manaus	11.401,0	1.405.835	1.396.768	9.067	123,3	99,4
Manaquiri	3.975,7	12.711	4.165	8.546	3,2	32,8
Nova O. do Norte	5.608,5	23.725	10.262	13.463	4,2	43,3
Pres. Figueiredo	25.422,2	17.394	8.407	8.987	0,7	48,3
Rio Preto da Eva	5.813,2	17.582	6.232	11.350	3,0	35,4
Silves	3.748,8	7.785	3.363	4.422	2,1	43,2
Urucurituba	2.906,7	12.264	6.759	5.505	4,2	55,1
Total Território	90.536,1	1.678.179	1.514.489	163.690	18,5	90,2
Total Estado	1.570.746	2.812.557	2.107.222	705.335	1,8	74,9

*Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE) e Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD).

**Média

Excetuando Manaus, Itacoatiara e Irlanduba, os municípios do território possuem população inferior a 30.000 hab, fato que somado as grandes dimensões municipais e ao isolamento imposto pelas condições naturais conferem uma baixa densidade populacional média, em torno de 13,8 habitantes/km². A análise da densidade demográfica, excluindo Manaus (densidade de 123,3hab/km²), é calculada em 4,3hab/km² - acima da média do Estado. Estes valores, porém, são significativamente inferiores à média do país (59hab/km²).

Os municípios que apresentam índice de urbanização maior que 50% são Manaus (99,4%), Itapiranga (72,4%), Itacoatiara (64,4%) e Urucurituba (55,1%), os demais apresentam índice abaixo de 50%. Careiro da Várzea é município que apresenta o menor índice, 4,7%, o que em muito se deve ao fato de ser o município mais recentemente criado no Território (1987), ou seja, tratava-se da zona rural do município de Careiro Castanho e não alterou até agora sua configuração.

Em relação ao **Índice de Desenvolvimento Humano** –IDH³, dentre os municípios do Território Manaus e Entorno, Manaus (0,774), Presidente Figueiredo (0,741), e Itacoatiara (0,711) apresentam as melhores colocações no ranking do IDH Estadual. Os maiores orçamentos do Território, correspondem a esses três municípios. O município com pior desempenho, dentro do Território, é Nova Olinda do Norte com 0,629. A classificação média do Território é de 0,682, estando abaixo da média Estadual (0,713) e Nacional (0,766).

³ IDH é o índice de desenvolvimento humano que serve mundialmente para "medir" a pobreza de uma população. Considera três indicadores: educação, longevidade e renda da população. A escala vai de 0 (nenhum desenvolvimento) a 1 (desenvolvimento humano total).

Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Humano no Território.

Município	Ranking Estadual	IDH-M	IDH-M por componentes		
			Longevidade	Educação	Renda
Autazes	18º	0,661	0,693	0,770	0,519
Careiro Castanho	30º	0,630	0,693	0,709	0,488
Careiro da Várzea	20º	0,658	0,715	0,746	0,513
Irlanduba	8º	0,694	0,754	0,766	0,563
Itacoatiara	3º	0,711	0,741	0,825	0,568
Itapiranga	7º	0,693	0,714	0,867	0,500
Manaquiri	17º	0,663	0,670	0,761	0,557
Manaus	1º	0,774	0,711	0,909	0,702
Nova O. do Norte	31º	0,629	0,681	0,723	0,484
Pres. Figueiredo	2º	0,741	0,718	0,858	0,647
Rio Preto da Eva	10º	0,677	0,718	0,758	0,554
Silves	13º	0,675	0,681	0,856	0,489
Urucurituba	14º	0,663	0,693	0,828	0,469
Território		0,682	0,706	0,798	0,543
Estado		0,713	0,692	0,813	0,634

Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD).

A educação é componente que mais favorece a melhora do IDH no Território e no Estado, porém, recebendo críticas com relação a sua qualidade. O índice de renda é o componente que tem colocado para baixo o índice geral do IDH, verifica-se nos últimos anos uma redução na renda per capita do Território, que está entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH 0,5 a 0,8). Careiro, Nova Olinda do Norte e Urucurituba são os municípios que apresentam os piores desempenhos com relação à renda (IDH < 0,5).

2.4.2. Educação

O número de alunos matriculados na educação básica é de 668.367, sendo que 91,13% dos alunos são da área urbana e 81,9% estão na área rural de Manaus (SEPLAN, 2004). O Censo Escolar (INEP, 2004) mostrou que no Território o número de alunos matriculados no ensino médio é de 203.728 e na educação para jovens e adultos (supletivo), 40.663 alunos.

Na zona rural existem 676 escolas que oferecem a educação básica (normalmente o ensino fundamental), normalmente em comunidades mais povoadas. Para dar continuidade aos estudos, geralmente os jovens migram para as sedes municipais ou Manaus, dificilmente retornando para as suas comunidades de origem ao concluir os estudos, quando concluem. Essa tendência tem contribuído para o envelhecimento da população rural. A Universidade Estadual do Amazonas – UEA, está presente nos 13 municípios do Território e matricula cerca de 5.400 alunos, enquanto a Universidade Federal do Amazonas – UFAM possui campus avançados em 6 (seis) municípios, com um total de 4.113 alunos matriculados. Em Manaus, existem 21 instituições de ensino superior particulares.

2.4.3. Saúde

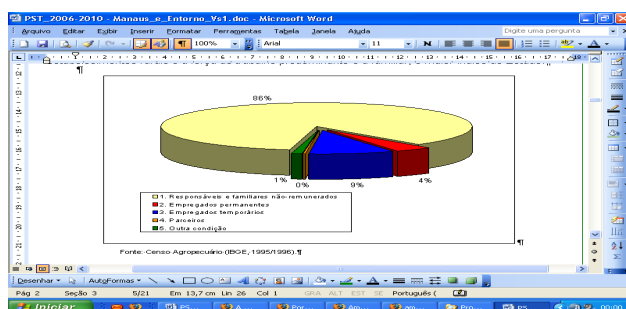
Na área de saúde, a Secretaria Estadual – SUSAM coordena, executa, supervisiona e avalia as ações básicas de saúde através dos postos de saúde nas áreas rural e urbana. Além dos postos de saúde, os municípios contam com Unidades Mistas de Saúde do Estado e com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, responsável pelo controle de endemias.

Manaus concentra o maior número de hospitais com unidades especializadas, que prestam atendimento de natureza hospitalar e ambulatorial, com pelo menos 3.000 leitos públicos, o que significa uma proporção de 1,8 leitos por 1.000 habitantes. Nos demais municípios que compõem o Território, o número de leitos oferecidos varia de 8 leitos (Silves) a 106 leitos (Itacoatiara). Os casos mais graves são atendidos na capital. O atendimento à zona rural é basicamente realizado pelo Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS. A assistência médica na zona rural é muito precária devido a fatores como área geográfica extensa, que aumenta o custo de deslocamento, grande dispersão da população a ser assistida, falta de meios de transportes e equipamentos, insuficiência de recursos financeiros e falta de profissionais habilitados.

As ações de vigilância sanitária são executadas pela SUSAM e pela FUNASA. As principais doenças registradas no Território são: malária, verminoses, leishmaniose e tuberculose. Segundo dados do Ministério da Saúde – MS, os Estados do Amazonas e Rondônia são responsáveis por 2/3 dos casos de malária registrados em toda a Amazônia Legal, ocasionados principalmente pelos desmatamentos na região. Manaus é a campeã em número de casos registrados de malária no país: a cada cinco casos registrados no Estado, um é registrado na cidade de Manaus, este dado contudo pode ser tendencioso em razão de o centro de referência em moléstias tropicais do norte do país, o Instituto de Medicina Tropical situar-se em Manaus e atender pacientes do interior que geralmente fornecem os endereços de parentes ou amigos que moram em Manaus (comunicação pessoal).

2.4.4. Economia

De acordo com o Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 1995-1996, o número aproximado de pessoal ocupado no setor rural existente no Território Manaus e Entorno é de 83.966 pessoas. O perfil da maioria dos trabalhadores rurais aqui considerados (mais de 85%) compreende responsáveis familiares não remunerados, isto é, sem um salário fixo, seguidos de empregados temporários (cerca de 4% do total). A Figura 1, a seguir, mostra a proporcionalidade de pessoal ocupado segundo a categoria do trabalhador no Território. Os dados mostram ainda que mais de 80% dos trabalhadores reside nos estabelecimentos rurais e a força de trabalho predominante é a familiar.



- 1. Responsáveis e familiares não remunerados
- 2. Empregados permanentes
- 3. Empregados temporários
- 4. Parceiros
- 5. Outra condição

OCUF Fonte: Censo Agropecuário (IBGE, 1995/1996).

O produtor tradicional do Território é o ribeirinho, localizado às margens dos rios ou “beiradões”. Outros produtores do Território são os assentados dos projetos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrário – INCRA e os indígenas. A maioria dos produtores é caracterizada como produtores de renda média e quase sem renda, 35% e 28%, respectivamente. Quanto à organização, a maioria trabalha a produção de forma individualizada, apesar da quantidade de associações e cooperativas existentes.

A agricultura é desenvolvida essencialmente por meio de culturas para o consumo familiar e abastecimento regional, como é o caso da mandioca e a produção de hortícolas. O enorme potencial existente para a produção de frutas tropicais sinaliza a viabilidade da cadeia da fruticultura, com vantagens comparativas evidentes no que se refere ao escoamento da produção territorial, não apenas para o mercado interno, mas para o mercado internacional, por meio da BR-174, com ligação para a Venezuela.

Do ponto de vista econômico o destaque da produção territorial rural está concentrada na produção de lavouras temporárias e permanentes, criação de animais e extrativismo. No setor de mineração, cabe ressaltar a atuação do município de Presidente Figueiredo, responsável por 60% da produção total brasileira de cassiterita, minério de estanho. O ecoturismo também merece destaque, contando com mais de trinta hotéis de selva, localizados nas imediações de Manaus, Iranduba, Silves, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo e Itacoatiara.

O Território de Manaus e Entorno apresenta o setor da indústria como a principal base econômica, seguida do comércio. Em Manaus, o pólo industrial responde por 57% do PIB estadual, voltado principalmente para a produção de bens duráveis de consumo, seguido pelo setor de serviços, com 40%. Em 2000, a receita pública do Território foi de R\$ 909.730.347, desse total, R\$ 439.200.322 ou 48,7% foi de repasses estaduais e federais. Do total de R\$ 439.200,322 do Território, 91,4% foram aplicados no Município de Manaus. O Quadro 04, a seguir mostra os indicadores econômicos do Território.

Quadro 4 – Indicadores econômicos do Território Manaus e Entorno (valores absolutos).

Município	Renda		Produção animal e vegetal (3)	Arrecadação de ICMS* (4)	Trabalhadores em		Receita pública	
	Total (1)	Per capita (2)			Estalecim rurais	Empresas com CNPJ	*Total (R\$)	*De Transferência (R\$)
Autazes	2.133,11	87,62	616	3.370,80	764	622	15.199.728,84	11.828.925
C.Castanho	1.995,19	72,41	438	3.413,09	2.944	129	14.966.561,60	11.553.470
C. da Várzea	1.458,89	84,49	657	2.502,27	2.475	35	11.304.881,67	8.802.607
Iranduba	3.677,70	113,85	790	2.826,91	9.570	225	14.985.976,30	12.159.063
Itacoatiara	8.457,20	117,29	1.178	12.570,62	10.165	8	40.805.432,56	28.234.809
Itapiranga	570,10	78	472	2.121,03	10.643	52	5.554.238,85	3.433.208
Manaquiri	1.398,85	110,05	240	2.270,02	7.099	7	9.863.829,58	7.593.815

Manaus	368.891,10	262,4	708	403.972,36	6.600	246.449	729.318.297,27	325.345.935
Nova O. do Norte	2.212,83	93,27	511	2.756,65	9.763	48	13.017.273,16	10.260.623
Pres. Figueiredo	3.274,07	188,23	1.910	27.716,49	12.433	2.403	35.721.721,79	8.005.234
Rio Preto da Eva	1.897,10	107,9	340	2.478,85	3.081	29	8.141.309,19	5.662.456
Silves	568,38	73,01	51	2.014,99	679	29	7.024.880,53	5.009.895
Urucurituba	793,48	64,7	207	2.515,93	7.750	47	3.826.215,71	1.310.282
Território	397.327,99	121,10	8.119	470.530,03	83.966	250.083	909.730.347	439.200.322
Estado	489.666,00	174,10	30.541	1.399.466,00	350.439	273.874	2.087.942.599	672.263.281

*Valores a serem multiplicados por 1.000.

(1) Dados de 2000 (em R\$ mil/mês); (2) Dados de 2004 (em R\$ mil/mês) e (3) Dados de 1996 (em R\$ mil/mês). Fonte: Censo Demográfico 2000 (IBGE), Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000) e Anuário Estatístico do Amazonas de 2000.

2.5. Infra-estrutura básica

Transporte

Os sistemas de transporte mais comuns na região são o fluvial (feito através de barcos regionais, com saídas regulares do porto de Manaus) e o rodo-fluvial (feito por estradas, mas interligados por embarcações, geralmente balsas).

O transporte rodo-fluvial de e para os municípios que compõem o Território ou o porto principal, Manaus, acontece fundamentalmente por meio de duas rotas básicas: de Manaus a Belém, pelo rio Amazonas, e daí para o sul do país, pela BR-010/153 (Belém-Brasília); e de Manaus a Porto Velho, pelo Rio Madeira, e daí a Cuiabá e ao sul do país, pela BR-364. Os dois principais portos do Território são: Manaus e Itacoatiara.

O Território conta com uma pequena malha viária, constituída por: duas rodovias nacionais, as **BR-174** (Manaus – Boa Vista) e **BR-319** (Manaus – Porto Velho, transitável entre os municípios do Território). A **BR-174** é uma rodovia internacional que liga Manaus à Caracas, na Venezuela, tendo uma extensão total de 980 km. Esta rodovia permite o acesso a Boa Vista, capital do Estado de Roraima, e liga Manaus à sede do município de Presidente Figueiredo, distante 107 km da capital do Estado. A **BR-319** (Manaus-Porto Velho) possui extensão de 866 km e interliga Manaus ao eixo Cuiabá/Brasília. Em nível territorial, através da BR-319 se tem acesso aos municípios de Autazes, Careiro, Manaquiri e Manaus.

No Território existem oito rodovias estaduais, destacando-se: a **AM – 010** (Manaus-Itacoatiara, passando por Rio Preto da Eva, com 265 km de extensão) e **AM-070** (Manaus – Manacapuru, passando por Iranduba, com 100 km), ambas com saídas diretas de Manaus, além de rodovias que se originam em entroncamentos destas rodovias estaduais ou das BR-174 e 319:

- ❖ A partir da **BR-319**, existem duas rodovias estaduais nos domínios do Território Manaus e Entorno: a **AM-254** (Manaus-Autazes, com 100km) e **AM-354** (Manaus-Manaquiri, 47 km);

- ❖ Originadas na **BR-174** registram-se a **AM-240** (Presidente Figueiredo-U.H. Balbina, com 72 km); e
- ❖ Partindo da **AM-010**, foi construída a **AM-363** (Manaus-Nhamundá), que origina outras duas estradas: a **AM-330** (Manaus-Silves, 134km) e **AM-328** (Manaus-Itapiranga)

No que se refere ao sistema aeroviário, Manaus destaca-se por possui o maior terminal amazônico, o Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, com operações de transporte de passageiros e de cargas, com vôos internacionais, estaduais e municipais. De acordo com a Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO, o terminal de passageiros, com 35.500 m², tem capacidade para atender a 1.370 passageiros/hora, enquanto o terminal de carga internacional, com 5.500 m², opera até 28 toneladas/dia, e o de carga doméstica (das companhias aéreas), com 4.600 m², pode operar pelo menos 330 toneladas/dia (SANT’ANNA, 1998). Os demais municípios possuem apenas pistas de pouso, que suportam apenas aviões de pequeno porte.

2.6. Sistema de Produção

No Território Manaus e Entorno aproximadamente 35% dos estabelecimentos apresentam renda média, seguido pelos quase sem renda (28%), renda baixa (20%) e maiores rendas (17%), conforme mostra a Figura 07. Segundo informações obtidas no Território, os quase sem renda são pequenos produtores que estão nas áreas mais distantes das sedes municipais.

Para os sistemas produtivos vigentes, um fator preponderante para a obtenção de renda é a área utilizada pelos estabelecimentos. No Território grande parte dos produtores familiares são os ribeirinhos, isto é, estão localizados nos “beiradões” ou margens dos rios e, em razão da falta de infra-estrutura para escoamento da produção, muitos produtores não conseguem colocar seus produtos no mercado, tendo muitas vezes que entregá-los à figura do atravessador, a valores irrisórios. Este fato tem contribuído para o empobrecimento do produtor rural. **Dentre os principais entraves para o desenvolvimento adequado da produção familiar, destacam-se:**

- Dificuldade de acesso ao mercado;
- Inexistência ou insuficiência de infra-estrutura de apoio à produção (armazenamento e transporte);
- Dificuldades de acesso ao crédito rural;
- Baixa produtividade das atividades agrícolas;
- Falta de gerenciamento da unidade produtiva em consonância com os ditames do

mercado; e

- Nenhuma ou baixa agregação de valor aos produtos agroextrativistas.

Para que os sistemas produtivos possam ser dinamizados são necessárias algumas ações para superação das dificuldades mencionadas, envolvendo os seguintes aspectos:

- Organização dos produtores e da produção, para viabilizar a infra-estrutura de apoio, bem como a interlocução entre os produtores e o mercado;
- Adequação de linhas de crédito que facilite o acesso aos pequenos produtores;
- Capacitação dos produtores sobre gerenciamento dos negócios e exigências do mercado e agregação de valor;
- Promoção da assistência técnica e extensão rural com foco na melhoria das condições de vida na zona rural;
- Realização de pesquisa agropecuária direcionada à realidade da região;
- Envolvimento do manejo e conservação dos recursos naturais no processo de produção agrícola com especial destaque para as áreas de solos, recursos hídricos e extrativismo;
- Incentivo à criação de pequenas agroindústrias comunitárias rurais, contemplando as atividades tradicionalmente praticadas e, posteriormente, incluindo novas atividades, considerando o mercado e os produtos potenciais disponíveis; e
- Otimização dos processos produtivos de produtos considerados subutilizados face seus potenciais produtivos (são exemplos a mandioca e o cupuaçu).

A **mandiocultura** é a principal atividade da produção vegetal em relação à geração e distribuição de renda para as comunidades rurais. As demais atividades, segundo estimativas da produção de 2003/2004, representam percentualmente: laranja (82,37%), cupuaçu (73,52%), abacaxi (75,17%), côco (88,67%) e cana-de-açúcar (96,66%). As hortaliças mais cultivadas são: repolho, pimentão, couve, alface, cebolinha, coentro, pepino e quiabo. Aproximadamente 1/3 dos grãos produzidos no Estado são produzidos no Território, especificamente nos municípios de Itacoatiara (arroz e milho), Manaus e Iranduba (feijão) e Careiro da Várzea (milho).

No que concerne à produção agrícola, o Quadro 05, a seguir, mostra os principais produtos cultivados nos municípios que compõem o Território.

Quadro 5 – Principais produtos da agricultura no Território Manaus e Entorno.

Autazes	Careiro Castanho	Careiro da Várzea	Irlanduba	Itacoatiara
Mandioca	Mandioca	Hortaliças	Hortaliças	Mandioca
Pecuária/Leite	Abacaxi	Peixes	Mandioca	Laranja
Extrativismo	Banana	Pecuária Leite	Extrativismo	Abacaxi
Pecuária Corte	Cupuaçu	Pecuária Corte	Outras Permanente	Pecuária Leite
Banana	Pecuária Leite	Maracujá	Mamão	Pecuária Corte
Cupuaçu	Peixes	Abóbora	Banana	Melancia
Suínos	Extrativismo	Mandioca	Tomate	Banana
Galinhas	Hortaliças	Banana	Outras temporárias	Cupuaçu
Milho	Laranja	Outras temporárias	Cana	Peixes
Itapiranga	Manaquiri	Manaus	N. Olinda do Norte	P. Figueiredo
Mandioca	Mandioca	Extrativismo	Mandioca	Cupuaçu
Pecuária Corte	Pecuária Corte	Pecuária Leite	Banana	Mandioca
Laranja	Banana	Mandioca	Laranja	Banana
Banana	Cana	Laranja	Melancia	Pecuária Leite
Extrativismo	Laranja	Pecuária Corte	Pecuária Corte	Pecuária Corte
Melancia	Melancia	Galinhas	Outras Permanente	Galinhas
Manga	Milho	Mamão	Extrativismo Vegetal	Açaí
Peixes	Suínos	Hortaliças	Feijão	Coco
Outras Permanente	Manga	Maracujá	Milho	Laranja
Café	Galinhas	Banana	Mamão	Cana
Rio Preto da Eva	Silves	Urucurituba		
Cupuaçu	Mandioca	Peixes		
Mandioca	Banana	Mandioca		
Extrativismo	Cupuaçu	Banana		
Galinhas	Laranja	Pecuária Corte		
Laranja	Melancia	Tomate		
Banana	Extrativismo	Melancia		
Outras Permanente	Pecuária Corte	Milho		
Mamão	Outras Permanente	Cacau		
Hortaliças	Manga	Extrativismo		
Pecuária Corte	Peixes	Feijão		

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário – 1995/1996.



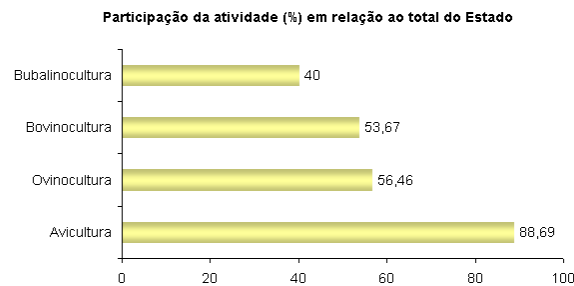
Apesar da relativa diversidade de produtos, o Território não possui uma estratégia consolidada para comercialização de produtos entre os municípios, tampouco para compra de insumos ou criação de uma marca registrada. Enfim, a produção territorial, especialmente a familiar, vive um isolamento generalizado, embora o Território congregue a maior parcela de consumidores do Estado.

A produção animal no Amazonas é significativamente impulsionada pela participação dos municípios que compõem o Território Manaus e Entorno nos resultados históricos. O processo de ocupação da região, a relativa proximidade desta em relação à capital, combinados à facilidade de comunicação e acesso (mais favorecidos que em outras áreas do Estado), conferem um significativo potencial de desenvolvimento pecuário e pesqueiro, com destaque para a bovinocultura, bubalinocultura (especialmente na região de Itacoatiara) e a aquíicultura.

O efetivo de rebanho bovino misto no Território corresponde a mais de 50% do total do Estado, enquanto a bubalinocultura atinge 40% e a ovinocultura, 56.46%. Nestas atividades, destacam-se os municípios de Autazes, Careiro, Careiro da Várzea e Itacoatiara.

A avicultura de postura e de corte apresenta a mais expressiva participação no total da produção estadual, especialmente quando considerada a contribuição dos municípios Manaus/ Rio Preto da Eva, onde está situada uma das colônias japonesas do Território, bem como o município de

Irlanduba, que destacam-se pela concentração de granjas e grande produção de legumes e hortaliças.



Fonte: IDAM (2004/2005).

Figura 2 – Participação das atividades produtivas (criações em geral) do Território em relação ao total do Estado.

A bovino e a bubalinocultura são praticadas em médias e grandes propriedades, sendo dificilmente praticadas por produtores familiares, a não ser para subsistência ou, raramente, como pequeno investimento. Os produtores familiares residem em áreas não superiores a 20 hectares e este é um dos motivos pelos quais a criação de pequenos e médios animais desponta como uma atividade com grande potencial para fomento. Um forte indicador é a participação do rebanho de ovinos.

Uma alternativa sustentável e que tem mostrado vantagens comparativas em experiências pilotos desenvolvidas em parceria com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Estado do Amazonas – AFLORAM, é o manejo de animais silvestres. Tradicionalmente, o caboclo pratica a caça para sua subsistência, ampliando a fonte de proteínas em sua dieta alimentar, especialmente durante a “cheia” dos rios, período de escassez do pescado. O manejo de animais silvestres é atrativo como apoio à segurança alimentar e como elemento de diminuição da pressão sobre outros recursos naturais, além de constituir uma possível fonte de renda (complementar ou principal) para os produtores rurais.

A pesca é uma das principais atividades desenvolvidas no Território, mas paradoxalmente é a que possui a menor base de dados e o volume de informações que existe não apresenta um bom grau de confiabilidade. O controle da pesca ou dos estoques pesqueiros é praticamente impossível na região, considerando vários fatores como: a invasão de barcos pesqueiros oriundos principalmente do Pará, que praticam a pesca predatória e clandestina para fins comerciais em rios e lagos do Território; a fiscalização insuficiente, especialmente no período de defeso⁴; a falta de controle efetivo da comercialização de peixes em feiras e mercados; e a impossibilidade de calcular o que é consumido e comercializado em localidades distantes das sedes municipais, entre outros fatores.

⁴ Defeso é a ação de fiscalização e proteção de espécies de certos peixes na época de reprodução (piracema), com o objetivo de coibir a pesca predatória, principalmente utilizando utensílios/apetrechos como as redes, tarrafas, puçás, bombas, paris e até espingarda de pesca submarina. Neste período só é permitido pescar com linha e anzol.

Embora grande parte dos produtores familiares ribeirinhos pesquem basicamente para consumo próprio, de forma artesanal, o aproveitamento econômico dos estoques pesqueiros enquanto atividade geradora de renda também assume grande importância no Território. Os diagnósticos participativos realizados indicam que uma expressiva parcela da produção de pescado é oriunda de produtores familiares. Contudo, a pesca é uma atividade que se caracteriza pela sazonalidade, é condicionada pelo ciclo das águas dos rios, com superprodução durante a seca ou “vazante” dos rios e escassez durante a enchente ou “cheia”, o que afeta inclusive o preço final do peixe.

Diante destes fatos e considerando que o peixe é a principal fonte de proteína do amazonense, uma alternativa que tem sido adotada para a minimização dos efeitos da mencionada sazonalidade é a criação de peixes em cativeiro, que além de garantir regularidade de estoque, propicia melhor equilíbrio entre oferta e demanda no mercado regional, estabilizando os preços ao longo do ano. No Amazonas, especialmente no Território, a piscicultura tem sido incentivada pelo PZPV, que tem financiado projetos dessa natureza. Os municípios que se destacam no Território são Rio Preto da Eva, Manaus e Presidente Figueiredo.

2.7. Agricultura familiar no Território

A análise das potencialidades territoriais deve seguir a metodologia de enfoque sistêmico para visualizar o Território como um todo nos aspectos de produção, de transformação e de comercialização. O perfil territorial traçado pelo colegiado e aprofundado no Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território (REIS, 2005), juntamente com outras informações obtidas em reuniões territoriais e/ou entrevistas individuais, mostram uma mudança de concepção de modelos de sistemas produtivos locais. As principais potencialidades foram identificadas pelo público-prioritário do MDA no Território, quando da realização das oficinas para elaboração do Plano Safra Territorial (Quadro 06).

Quadro 6 – Potencialidades da Agricultura familiar no Território.

Município*	Agrícola	Não-agrícola
Autazes	Mandioca (fárinha), cupuaçu, banana, guaraná, melancia, milho	Turismo, artesanato (madeira e cipó), Bovino e bubalinocultura (carne, leite e derivados)
Iranduba	Plasticultura, fruticultura e mandiocultura	Artesanato em geral e turismo rural
Itacoatiara	Farinha, cupuaçu, abacaxi, maracujá, graviola, cacau, taperebá, jenipapo, manga, tucumã, côco, leite e derivados, melancia e hortaliças	Peixe, madeira, turismo, babaçu e inajá
Itapiranga	Mandioca, hortaliças, grãos, fruticultura (cupuaçu e açaí), sistemas agroflorestais, plasticultura	Pecuária, turismo, manejo florestal, de pescado e de quelônios, pesca artesanal, piscicultura, avicultura, apicultura, suinocultura e orquidário.
Manaquiri	Batata doce, mandioca e sub-produtos, abacaxi, melancia, pupunha.	Fibra de malva e juta, açaí, pescado e madeira.
Manaus	Olericultura, plasticultura, fruticultura e olericultura	Ovino e caprinocultura, manejo florestal, extrativismo, avicultura de postura e abate, piscicultura, suinocultura, meliponicultura
N. Olinda do Norte	Banana, açaí, cupuaçu, caju, goiaba, maracujá, mandioca, abacaxi e tucumã	Pecuária, piscicultura, artesanato, babaçu, pesca e turismo
Presidente Figueiredo	Fruticultura, plasticultura, piscicultura, mandioca, milho, arroz, feijão, café, pimenta-do-reino, cana-de-açúcar, flores tropicais	Extrativismo vegetal (extração de óleo e polpa), artesanato, turismo ecológico, piscicultura, ovino e bovinocultura turismo rural e peixe ornamental
Rio Preto da Eva	Citricultura, banana*, abacaxi, cupuaçu*.	Piscicultura, floricultura, avicultura de postura e ovino e caprinocultura.
Silves	Mandioca, hortaliças, grãos, fruticultura (cupuaçu e açaí), sistemas agroflorestais, plasticultura	Pecuária, turismo, plano de manejo de florestas, pesca artesanal, pisci, avi, api e suinocultura.
Urucurituba	Produção de cacau, milho, feijão, mandioca, banana e melancia.	Pesca, extrativismo da castanha e borracha, bovinocultura de corte

*Os municípios de Careiro e Careiro da Várzea não tiveram representantes nesta Oficina.

2.7.1 Sistemas Produtivos prioritários e perfis básicos

As cadeias produtivas prioritárias do Território Manaus e Entorno envolvem sistemas produtivos agrícolas e não-agrícolas, com destaque para a mandiocultura, pecuária, pesca e fruticultura, com participações superiores a 50% em relação ao Estado. As cadeias priorizadas incluem: mandioca, pecuária, pesca, piscicultura, fruticultura, grãos, avicultura e extrativismo vegetal.

A priorização dos sistemas produtivos em si, não limita a lógica de diversificação do lote nos investimentos do Território, mas a definição de foco metodológico, principalmente no aspecto de obtenção de ganhos econômicos num mercado cada vez mais competitivo. Conforme orientações do “Estudo das Dinâmicas Territoriais” os seguintes sistemas de produção foram priorizados:

- Roça (culturas anuais)^{5*}, pequenas criações⁶ e atividade florestal⁷;
- Roça (culturas anuais), pecuária leiteira e atividade florestal;
- Roça (culturas anuais), fruticultura⁸, e atividade florestal.

No que se refere à segurança alimentar, a roça desempenha uma importante função, complementar às demais atividades, de garantia de nutrição e possibilidade de se constituir uma fonte de renda extra. O produto de maior destaque nas roças é a mandioca, representando cerca de 30% do total produzido no Estado (PAM/IBGE, 2004). Outro ponto de destaque nos sistemas

⁵ Aqui definidas como cultivo anual ou de ciclo curto como: arroz, feijão, mandioca, milho, etc.

⁶ Suínos, Caprinos, Ovinos, Aves, Piscicultura, Apicultura.

⁷ Extrativismo para áreas de mata com exploração sustentável e enriquecimento da área; ou a implantação de Sistemas Agro-florestais mistos (espécies frutíferas e madeiras) em áreas degradadas.

⁸ Espécies de ciclo curto e que podem ser desenvolvidas a pleno sol como: maracujá, mamão, abacaxi, etc.

prioritários é a atividade florestal, envolvendo os aspectos ecológicos, legais (recomposição da área de reserva legal de 80%, por exemplo) e econômicos (comercialização dos recursos madeireiros e não-madeireiros e, em uma visão de médio e longo prazo, a oferta de serviços ambientais). Embora não esteja listado como um sistema produtivo prioritário, convém destacar a importância da pesca na base alimentar e econômica dos produtores familiares do Território.

2.7. 2 Requisitos para viabilização de sistemas produtivos

O ideal para consolidação dos sistemas produtivos no Território seria a definição de índices técnicos territoriais confiáveis, a partir dos quais seria possível monitorar os resultados alcançados e determinar a eficácia dos sistemas e necessidades de melhoria ou ajustes. Para isto, seria necessário realizar um mapeamento completo dos financiamentos e das atividades inovadoras realizadas sem apoio do crédito no Território, seguido da construção ou adaptação de indicadores (econômicos, ambientais, sociais, agrônômicos, etc.), permitindo a construção de uma ferramenta de gerenciamento de informações. Em uma primeira análise, os passos necessários a serem dados nesta direção incluiriam:

- Debates com as famílias sobre a validade e a real necessidade destes acompanhamentos;
- Sistematização dos financiamentos (banco de dados) e das atividades inovadoras;
- Elaboração do questionário e escolha das variáveis para análise;
- Definição das famílias/lotês e animais (conforme variáveis previamente definidas) para o acompanhamento - amostragem;
- Aplicação de questionários testes; e
- Início do acompanhamento e sistematização das informações–alimentação base dados.

A partir da obtenção destes índices técnicos é possível implementar um diálogo mais eficaz e elucidativo com estas famílias, para diagnóstico aprofundado das organizações sociais, econômicas e produtivas existentes e em que situação, detalhando a atuação dos agentes financeiros, governamentais e de assistência técnica, no sentido de construir uma transição de desenvolvimento de atividades pouco sustentáveis para outras mais efetivas do ponto de vista de sua sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Atualmente, as deficiências infra-estruturais básicas identificadas no Território são significativas se considerada a dimensão física do Território e mostram uma séria dificuldade enfrentada pelos produtores familiares, que é escoar sua produção para comercialização e geração de renda. Por mais que sejam investidos recursos na produção e sejam minimizados os problemas

decorrentes da falta de assistência técnica, é impossível garantir a sustentabilidade de um sistema produtivo, apenas pela vocação ou demanda existente. No Território, são necessários investimentos em mais de cinco mil quilômetros de estradas para construção (60%) e recuperação (40%). Por outro lado, o atendimento não chega a 20% desta demanda a cada ano. Um problema que se agrava continuamente devido a criação de novos assentamentos e as condições de terreno e de clima na Amazônia.

2.7.3. Destaques

A agricultura familiar no Território apresenta características peculiares e uma tendência organizacional diferenciada, o que confere uma dinâmica própria e muitas fragilidades. Dentre os aspectos mais importantes, convém ressaltar:

- *A produção é quase totalmente voltada para a sobrevivência da família.*

Grande parte dos pequenos produtores não contabiliza seus gastos com a produção e nem o faturamento com eventuais vendas, pensa apenas em garantir a aquisição de mercadorias não produzidas em sua unidade produtiva e que são básicas para o consumo familiar.

- *Não existe um controle de receitas e despesas com a produção e comercialização da safra.*

A ausência do controle de fluxo leva o produtor a vender sua produção a preços inferiores ao custo real de produção. Os prejuízos não são claramente visualizados porque a força de trabalho empregada na atividade é essencialmente familiar. Existem algumas exceções, como a produção de fibras (malva e juta), que acumula experiências positivas de controle de receitas e despesas efetivamente realizadas com a venda desses produtos, decorrentes da subvenção existente sobre as matérias-primas.

- *O baixo nível de organização da produção impede o gerenciamento adequado das unidades produtivas familiares.*

O pequeno produtor não está preparado para gerenciar a sua unidade produtiva no que se refere à composição de preços, mercado, despesas com a produção, etc. Falta capacitação, assistência técnica e outras ações assistenciais que garantam condições mínimas de aprendizado e sustentabilidade.

- *Existência de uma relação adaptativa do agricultor familiar com a natureza*

Os agricultores familiares organizam toda sua estratégia de sobrevivência conforme o regime de cheia e vazante dos rios, alternando suas atividades nos ambientes de várzea (produção de culturas de ciclo curto) e terra-firme (extrativismo vegetal e

culturas permanentes localizadas em terra firme), sintonizando sua produção com as mudanças ambientais. A pesca é uma atividade praticada em qualquer momento. Na época das cheias, mesmo as comunidades cuja atividade principal é agricultura, também se voltam para a atividade pesqueira por ser uma alternativa de produção e por coincidir com o período de maior incidência dos “peixes brancos” (jaraqui, pacu, sardinha e branquinha), nos meses de maio e junho, proporcionando renda adicional.

- *A pluriatividade é uma prática comum.*

A produção familiar trabalha com um diversificado elenco de produtos, cultivados/explorados nas unidades produtivas, seja para subsistência seja para o mercado, incluindo produtos alimentares, como frutas, olerícolas e pescado, matéria-prima para a indústria, produtos extrativos vegetais, criação de pequenos animais e, algumas vezes, pecuária familiar (um pequeno plantel de bovinos), além de outras atividades que complementam a renda familiar.

- *Não existe agregação de valor aos produtos da agricultura familiar*

Os pequenos produtores comercializam seus produtos sem nenhum beneficiamento e, por conseqüência, sem qualquer valor agregado e os obriga a vender a produção a preços muito abaixo do que poderiam vender.

- *Uma cadeia de intermediação separa pequenos produtores do consumidor final*

Seja por estarem mais dispersos e desorganizados, seja por não disporem de meios de transporte próprios ou a custos reduzidos para comercializar sua produção nos centros urbanos, instalou-se uma cadeia de intermediação entre os produtores e os principal mercado consumidor, que se assemelha a um cartel que estabelece, inclusive, preços mínimos de comercialização e impedem o agricultor de comercializar diretamente seus produtos. Esta prática beneficia o capital comercial que compra à preços módicos e vende com grandes margens de lucro.

2.7.4. Cenários atuais

A compreensão destas características é fundamental para que se entenda a interação existente entre a agricultura familiar e o cenário político, socioeconômico e ambiental existente no Território, do qual se destacam as seguintes particularidades:

- *Não existem arranjos produtivos e institucionais plenamente consolidados e voltados para a produção familiar.*

As cadeias produtivas, principalmente de origem extrativista, são jovens e em grande parte incompletas. O acesso à informação e oportunidades, ao crédito bem como a capacitação gerencial das populações locais e pequenos produtores é ainda incipiente; o investimento em ciência, tecnologia e inovação, além de reduzido, não alcança o pequeno produtor. A entrada de médias e grandes empresas nas cadeias produtivas de produtos sustentáveis pode contribuir favoravelmente às perspectivas de sucesso do processo de consolidação das cadeias produtivas.

- *É necessário resolver o passivo fundiário que ainda inibe práticas sustentáveis*

Se por um lado, o fomento às atividades produtivas sustentáveis representa uma oportunidade para as populações locais, por outro lado, há necessidade de garantir a sua segurança fundiária, seus direitos intelectuais, seu acesso ao sistema financeiro, bem como a promoção de sua organização social e produtiva.

- *É imprescindível definir um modelo alternativo às atividades não sustentáveis e não inclusivas de desenvolvimento regional*

No Amazonas, embora existam políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável, ainda é necessário que haja uma forte articulação por parte do movimento social para que se garanta um planejamento estratégico e consistente pautado em ciência, tecnologia e informação e voltado para produtos, serviços ambientais e populações locais que promova desenvolvimento e mantenha a floresta em pé e que seja independente.

- *É importante estabelecer metodologias e ferramentas para dimensionamento e valoração dos serviços ambientais dos recursos naturais disponíveis.*

O potencial dos serviços ambientais dos ecossistemas amazônicos precisa ser mensurado, inclusive diante da velocidade e crescimento dos mercados globais para estes serviços. Além de dimensionar e valorar, é preciso incentivar a internalização econômica, do que se converte em benefício e prejuízo ambientais. O Pró-Ambiente representa uma clara oportunidade de implementação desta perspectiva, ainda que tenha caminhado tão pouco nesta direção.

3 O PTDRS MANAUS e ENTORNO

Como elencado anteriormente temos para a edificação do PTDRS os dados coletados nas oficinas do 1º e 2º ciclos, o Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território E o Plano Safra Territorial. Assim, as informações abaixo são resultado desses processos e, posteriormente, substanciarão a versão “final” do Plano Territorial do MANAUS E ENTORNO.

3.1 Visão de Futuro

Nesses termos, de posse de informações advindas do conhecimento da realidade, bem como a partir de dados secundários, os agentes de desenvolvimento territorial definiram da Visão de Futuro, qual seja:

- População vivendo organizada localmente, com visão global;
- Integração entre as estruturas de governo;
- Haverá fortalecimento das organizações dos produtores familiares;
- Haverá feiras com produtos diretos do produtor para o consumidor;
- Igualdade, qualidade de vida e dignidade para os(as) agricultores(as).

3.2 Auto-Diagnostico

Para que pudessem chegar no momento de sistematização das propostas os membros da CIAT realizaram um diagnóstico participativo, focando as Oportunidades e Ameaças (inscritos no ambiente externo) e os pontos fortes e fracos do território (contexto interno), cujos resultados encontram-se a seguir:

Quadro 7 – Fortalezas, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças concebidas no Território Manaus e Entorno.

FORTALEZAS	OPORTUNIDADES
Recursos hídricos; Pescado; Piscicultura; Solo; Estradas: Manaus, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Careiro Castanho e da Várzea, Iranduba, Manacapuru e Manaquiri. União dos treze municípios do território; Proximidade do maior centro consumidor do estado (Manaus); Diversidade de recursos naturais; Potencial turístico; Construção do centro de capacitação (PROINF 2004); Acesso aos órgãos de pesquisa e tecnologia.	PRONAF Infraestrutura/Capacitação; Globalização: serviços de comunicação, divulgação entre outros; Recursos do MDA, MMA (PDA), MEC, MS, entre outros; Crédito rural; Tecnologias; Gás natural; Programa Zona Franca Verde; Troca de experiências com outros territórios; Crescimento do pólo farmacêutico; Mercado nacional e internacional; Exploração racional dos recursos naturais.

FRAQUEZAS	AMEAÇAS
Estradas: Silves, Nova Olinda do Norte, Autazes e Itapiranga; Tecnologia para melhorar o solo; Assistência técnica; escoamento da produção e comercialização; Situação fundiária; Educação e saúde; Saneamento básico; Comunicação; Transporte: terrestre e fluvial; Degradação ambiental; Deficiência na organização dos produtores; Excesso de burocracia no crédito; Infra-estrutura; Ausência de políticas públicas comprometidas e sérias; Desunião entre atores sociais; Dificuldade dos produtores no gerenciamento de suas propriedades e organizações.	Biopirataria; Globalização; Pragas e doenças; Zoonoses; Internacionalização da Amazônia; Concorrência desleal na comercialização; Desmatamento das florestas de forma desordenada; Preferência pelos produtos vindos de outros estados; Exclusão social gerada pela globalização.

3.2 Eixos Aglutinadores

Dando prosseguimento o colegiado territorial definiu os eixos prioritários para o Plano, que expressam as prioridades do território, ao mesmo tempo em que mobiliza os agentes de desenvolvimento territorial:

Quadro 8 – Eixos e temas estratégicos priorizados pelo Território Manaus e Entorno.

EIXOS	SOCIAL	ECONÔMICO	INFRA-ESTRUTURA	CULTURAL	MEIO AMBIENTE
TEMAS	<ul style="list-style-type: none"> Educação; Saúde; Controle social 	<ul style="list-style-type: none"> Cadeias produtivas Atividades não agrícolas* 	<ul style="list-style-type: none"> Escoamento da produção (estradas, vicinais, hidrovias, energia, transporte terrestre e fluvial) 	<ul style="list-style-type: none"> Gênero 	<ul style="list-style-type: none"> Agroecologia (articulada com Projeto Gasoduto)

* Principalmente as atividades de turismo ecológico, manejo florestal e artesanato.

Por fim, apresentamos as ações iniciais para o PTDRS, organizados pelos eixos aglutinadores

Eixo Aglutinador: Educação

- 1) Implementar ensino com formatação rural;
- 2) Investir na capacitação das organizações de produtores(as);
- 3) Recuperar e construir escolas;
- 4) Revisão da grade curricular;
- 5) Introdução do ensino fundamental e médio;

- 6) Implantar educação de jovens e adultos;
- 7) Inclusão digital;
- 8) Enfoque da cidadania na educação;
- 9) Implantar Casa Familiar Rural.

Eixo Aglutinador: Saúde

- 1) Acessar recursos do Ministério da Saúde;
- 2) Melhorar as condições de atendimento nas comunidades (Ex: apoio para transporte dos agentes);
- 3) Implementar atendimento para os idosos;
- 4) Ampliar o quadro de profissionais de saúde;
- 5) Aumentar a quantidade de visitas mensais;
- 6) Capacitar os agentes de saúde em técnicas de enfermagem;
- 7) Aumentar a quantidade de postos de saúde.

Eixo Aglutinador: Controle Social

- 1) Criar canais de comunicação para os conselhos municipais/territoriais (Ex: rádio, jornal);
- 2) Fortalecer as organizações sociais (capacitação, troca de experiência).

Eixo Aglutinador: Cadeias Produtivas

- 1) Realizar estudos das cadeias do pescado, piscicultura, olericultura, mandioca, pecuária, extrativismo vegetal;
- 2) Implementar novas tecnologias;
- 3) Melhorar o serviço de ATER (qualitativa e quantitativamente);
- 4) Melhorar o atendimento ao mercado interno e externo;
- 5) Melhorar o acesso a crédito rural;
- 6) Fortalecer o sistema de defesa agropecuária.

Eixo Aglutinador: Atividades não agrícolas

- 1) Realizar estudo sobre o potencial do território;
- 2) Implementar turismo ecológico;
- 3) Trabalhar o artesanato;
- 4) Trabalhar o manejo florestal;
- 5) Ordenar e organizar o turismo ecológico e comunitário;
- 6) Fortalecer e Capacitar as organizações que trabalham com artesanato e manejo florestal;
- 7) Maior incentivo ao manejo florestal;

8) Criação do pólo madeireiro.

Eixo Aglutinador: Escoamento da Produção (estradas, vicinais, hidrovias, energia, transporte terrestre e fluvial).

- 1) Recuperação e manutenção de estradas e vicinais;
- 2) Abertura de novas vicinais;
- 3) Transporte da produção (fluvial e terrestre);
- 4) Melhorar o acesso à energia;
- 5) Levantamento e sistematização de dados sobre a situação fundiária (no âmbito federal e estadual);
- 6) Regularização fundiária;
- 7) Acessar recursos do Pronaf Infra-estrutura;
- 8) Pavimentar as vicinais;
- 9) Recuperar e ampliar os ramais;
- 10) Acordos institucionais de logo prazo;
- 11) Dois representantes da CIAT para integrar o conselho estadual “Luz para todos.”

Eixo Aglutinador: Gênero

- 1) Maior equidade de gênero;
- 2) Estudo para identificar potenciais “gêneros” com capacidade produtiva para receber investimentos para ampliação de atividades econômicas;
- 3) Garantir acesso da mulher às políticas;
- 4) Ampliar o programa de documentação para a mulher (INCRA);
- 5) Sensibilizar a ATER para o tema;
- 6) Sensibilizar as associadas dos STR sobre a participação da mulher.

Eixo Aglutinador: Agroecologia

- 1) Política pública com enfoque na Agroecologia - Capacitação de produtores(as) e técnicos(as);
- 2) Acessar recursos do Ministério do Meio Ambiente;
- 3) Estabelecer fundo para financiamento de projetos agroecológicos, gerenciados pela CIAT (Recursos financeiros da Petrobrás e Governo do Estado).